



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL  
INSTITUTO SUPERIOR DE CIÊNCIAS POLICIAIS**

**ATUAÇÃO POLICIAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR**

**Autor: CAD PM Wesley Souza Rodrigues  
Autor: CAD PM Thiago Vitor dos Santos Batista  
Orientador: 2º TEN QOPM Luís Pedro Koch  
Coorientador: MAJ QOPM Marcio Júlio da Silva Mattos**

**Brasília/DF  
2022**



**WESLEY SOUZA RODRIGUES  
THIAGO VITOR DOS SANTOS BATISTA**

**ATUAÇÃO POLICIAL NO COMBATE À VIOLÊNCIA ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

Orientador: 2º TEN QOPM Luís Pedro Koch

Coorientador: MAJ QOPM Marcio Júlio da Silva Mattos

Brasília/DF  
2022

**WESLEY SOUZA RODRIGUES  
THIAGO VITOR DOS SANTOS BATISTA**

**ATUAÇÃO POLICIAL NO COMBATE À VIOÊNCIA ESCOLAR**

Trabalho de conclusão de curso apresentado ao curso de Graduação em Ciências Policiais do Instituto Superior de Ciências Policiais, como requisito parcial para obtenção do título de Bacharel em Ciências Policiais.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Professor Orientador: 2º TEN QOPM Luís Pedro Koch - Especialista

---

Examinador Externo

---

Examinador Externo

## RESUMO

O trabalho tem por finalidade enfatizar que a estratégia do Policiamento Comunitário voltado para combate à violência escolar é um mecanismo efetivo e especializado no enfrentamento a criminalidade sendo uma alternativa possível aos métodos tradicionais. Com fundamento em referenciais teóricos, experiências de campo e análises de dados além de discussões, conclui-se que o policiamento escolar é efetivo na prevenção que se alinha com os ideais insculpidos na Constituição Federal quando se afirmar que a segurança pública é dever e responsabilidade de todos além de destacar a democracia participativa. Apesar de ser um modelo relativamente inovador, pela falta de amparo doutrinário robusto e ausência de políticas públicas continuadas, denota-se que o Policiamento Escolar é positivo na reaproximação de todos que se envolvem na comunidade escolar sendo uma estratégia eficiente visando a segurança autossustentável principalmente na prevenção do crime, redução do medo e a construção legítima de segurança, além de ampliar a visão das crianças e adolescentes em relação ao futuro como cidadão social por meio da inclusão ao combate às drogas, identificação da violência doméstica, palestras e bullying.

**Palavras-chave:** Escola. Policial Militar. Policiamento Comunitário. Rede Escolar Segura. Segurança Pública.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### **Figuras**

Figura 1 - Técnicas de prevenção situacional16

Figura 2 - Conceitos da 1ª Geração19

Figura 3 - Conceitos da 2ª Geração20

Figura 4 - Pirâmide da hierarquia das necessidades humanas de Maslow (1943)21

Figura 5 - Efetivo do Batalhão de Policiamento Escolar X Número de Escolas  
Atendidas33

Figura 6 - Ocorrências por área de atuação34

### **Quadros**

Quadro 1 - Processo SARA22

Quadro 2 - Área de Atuação – CIAS Operacionais31

Quadro 3 - Efetivo x Escolas32

Quadro 4 - Ocorrências por área de atuação34

Quadro 5 - Ocorrências em escolas públicas do Distrito Federal em 202235

## SUMÁRIO

<b>1</b>	<b>INTRODUÇÃO</b>	<b>7</b>
<b>2</b>	<b>JUSTIFICATIVA</b>	<b>9</b>
<b>3</b>	<b>REFERENCIAIS TEÓRICOS</b>	<b>10</b>
<b>3.1</b>	<b>A violência escolar no Brasil</b>	<b>10</b>
3.1.1	Papel das famílias na prevenção da violência escolar	10
3.1.2	A escola na prevenção da violência escolar	11
3.1.3	A polícia militar na prevenção da violência escolar	11
<b>3.2</b>	<b>Teoria dos espaços defensáveis</b>	<b>13</b>
<b>3.3</b>	<b>Prevenção Situacional</b>	<b>14</b>
<b>3.4</b>	<b>A Prevenção de crimes por meio de projetos (CPTED – <i>Prevention Through Environmental Design</i>) e a prevenção situacional</b>	<b>17</b>
<b>3.5</b>	<b>Policiamento Comunitário Escolar</b>	<b>24</b>
<b>3.6</b>	<b>Acompanhamento por videomonitoramento</b>	<b>27</b>
<b>4</b>	<b>METODOLOGIA DE PESQUISA</b>	<b>30</b>
<b>5</b>	<b>BATALHÃO DE POLICIAMENTO ESCOLAR – PMDF (BPESC)</b>	<b>31</b>
<b>6</b>	<b>O PROJETO REDE “ESCOLA SEGURA” COMO DIRETRIZ DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO</b>	<b>36</b>
<b>7</b>	<b>PROJETO REDE “ESCOLA SEGURA”</b>	<b>37</b>
7.1	Problemas e obstáculos do policiamento escolar	38
<b>8</b>	<b>RESULTADO ESPERADO DO PROJETO REDE (ESCOLA SEGURA)</b>	<b>39</b>
<b>9</b>	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	<b>41</b>
	<b>APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DO PRODUTO</b>	<b>47</b>
	<b>APÊNDICE B – PLACA INFORMATIVA</b>	<b>49</b>

## 1 INTRODUÇÃO

Atualmente a sociedade vem se deparando com diversas formas e características de violência, dentre elas, a violência escolar. Em regra, por se tratar de crianças e adolescentes em formação do caráter e emocional, temos maior vulnerabilidade daqueles em relação à presença e percepção da violência. Essa problemática vem tomando proporções inéditas, o que enseja na preocupação e insegurança dos diretores, alunos, professores, pais e a própria sociedade.

Com efeito, tendo vista que a violência escolar advém de uma construção social que permeia a interação de sujeitos junto ao espaço escolar, compreendendo tanto as relações externas como internas e, também, institucionais, a violência escolar abrange ações de comportamentos antissociais e têm como consequências conflitos interpessoais, danos ao patrimônio, discriminações e a perda da qualidade da educação. Assim este trabalho tem como objetivo desenvolver formas de enfrentamento direto e eficaz por meio da participação de todos os sujeitos envolvidos no processo de formação escolar, destacando a atuação da Polícia Militar do Distrito Federal (PMDF). militar

Ademais, a PMDF pode atuar, isolada ou cumulativamente, com outros órgãos da segurança pública e com a comunidade educacional, no confronto à violência escolar, com objetivo de combater as mazelas nas escolas públicas do Distrito Federal com a criação de uma Rede de Proteção Escolar (Escola Segura). Tal organização teria participação de representantes das escolas públicas, particulares (pais dos alunos, motoristas de condução coletiva privada e outros que exercem algum vínculo social com a escola), Batalhão de Polícia Militar de cada Região Administrativa, bem como o Batalhão Escolar da PMDF, incluindo por fim às escolas de forma a preparar os profissionais e alunos para que possam trabalhar em conjunto com a polícia visualizando o problema e indicando possíveis soluções. Outra medida seria a instalação de placas verticais de forma a tornar claro que a unidade escolar está trabalhando em conjunto com a Polícia Militar, além do acompanhamento dos sistemas de videomonitoramento em tempo real pela escola e polícia militar de forma a facilitar a identificação de ações delituosas bem como os autores, além de reprimir o cometimento de delitos.

O corrente estudo possui a finalidade implementar um projeto nas Unidades da PMDF de cada circunscrição policial, com a integração e articulação entre toda

comunidade escolar formada por docentes, servidores, discentes, comunidade além de outros órgãos como Conselho Tutelar, Polícia Civil, Secretaria de Educação, entre outros. Este trabalho integrado é indispensável e envolverá diversos meios de comunicação, sendo utilizadas ferramentas como a comunicação instantânea via mensagem (*WhatsApp*) com objetivo de facilitar a comunicação entre os envolvidos. Além disso, o projeto prevê a fixação de placas ostensivas nas entradas e nas proximidades das escolas indicando que há entre aquela unidade escolar e a Polícia Militar uma parceria, constando telefone que ensejará contato direto com o Batalhão de Área. No mesmo sentido, será disponibilizado a Unidade Policial Militar acesso direto ao sistema de monitoramento de câmeras instalados nas escolas no qual o Policial Militar poderá visualizar em tempo real o que está acontecendo no interior e arredores das unidades escolares participantes do projeto.

Outro fator primordial deste trabalho é a implementação da ferramenta *Crime Prevention Through Environmental Design* (CPTED), o qual significa Prevenção de Crimes através do Design Ambiental, que tem o objetivo de influenciar as decisões que precedem o ato criminoso. Conforme ressalta o doutrinador La Vigne “um bom design ambiental pode diminuir o crime e o medo do crime. CPTED agora é uma abordagem relativamente comum usada para reduzir o crime e o medo do crime”. Para tanto, essa ferramenta de prevenção criminal utiliza a territorialidade, vigilância, gestão de imagens, suporte de atividade, controle de acesso, endurecimento de alvo e justaposição geográfica. Ressalta-se que em diversas localidades é possível verificar que o crime acontece pela oportunidade ofertada pela arquitetura ambiental e não pelo motivo isolado do sujeito já perpetrador da lei. Os detratores do crime observam locais carentes de atividades atraentes que desencorajam o uso por cidadãos legítimos e, também, pela ausência estatal em relações a manutenção, limpeza, reparos, policiamento, dentre outros fatores visuais-ambientais.

Por conseguinte, com a implementação da Prevenção de Crimes através do Design Ambiental juntamente com a Rede Escola Segura, será possível determinar e combater de forma eficaz tanto internamente como no externamente nas unidades escolares tendo a diminuição dos índices criminais e aumentando a sensação de segurança.

## 2 JUSTIFICATIVA

Estudar o fenômeno da violência escolar e a forma de atuação da polícia militar é fundamental, pois o crescente aumento da violência nas escolas possui influência negativa no bom andamento das atividades escolares. Toda a comunidade escolar é atingida, especialmente, com maior gravidade, o corpo discente, causando desinteresse, desmotivação e tendo como consequência o aumento no número de alunos que passam o cometer condutas criminosas. A construção da identidade dos jovens está sendo significativamente prejudicada, uma vez que a escola tem como função social dar continuidade ao processo de socialização, o qual deve ser iniciado no âmbito familiar.

A violência é atualmente vista de forma preocupante, estando presente nas diversas sociedades e culturas espalhadas pelo mundo. É imperioso que toda comunidade escolar possa ter um ambiente saudável, proporcionando autoestima e prazer tanto aqueles que possuem o dever de repassar o conhecimento quanto aos alunos. Para que isso ocorra é indispensável que o ambiente escolar seja seguro abrangido pela segurança.

A temática em comento busca trazer à Corporação e às escolas um ambiente de trabalho mais seguro, de forma em que a polícia militar e a comunidade escolar se antecipem nas situações que possam gerar inseguranças e adotar providências para evitar o cometimento de crimes. Na mesma esteira, resta necessário atingir os objetivos constantes no Planejamento Estratégico PMDF (2011/2022), que versam sobre o fortalecimento da gestão estratégica com o desenvolvimento parcerias em busca de melhorar a qualidade em Segurança, melhoria da qualidade dos serviços prestados à população por meio de implementação de programas voltados para o aprimoramento das políticas de segurança, bem como buscar elevar a sensação de segurança e aumentar a confiança da população em relação à Polícia Militar.

### 3 REFERENCIAIS TEÓRICOS

#### 3.1 A violência escolar no Brasil

A instituição escolar é o local onde se desenvolvem as mais diversas formações sociais, culturais e cognitivas dos alunos, produzindo impacto direto na forma com que este indivíduo transcorrerá toda sua vida. Dessa maneira, é esperado que o ambiente escolar seja um local saudável, propício ao aprendizado, um ambiente solidário que garanta o direito à educação, independentemente das diferenças individuais.

Entretanto, sabe-se que a escola vem sendo constantemente utilizada como meio de captação e propagação da violência e prática de crimes tais como: tráfico e consumo de entorpecentes, *cyberbullying*, dano, ameaça, crimes contra à honra, roubo, furto, dentre outros, gerando situações limítrofes que envolvem homicídio.

##### 3.1.1 Papel das famílias na prevenção da violência escolar

O comportamento dos alunos no ambiente escolar possui relação direta com ambiente socioeconômico que reside e ausência dos pais ou responsáveis. Neste sentido, Souza (2008, p. 127) diz que:

A falta de afeto e de valores está relacionada com a frequente ausência dos pais, que, em busca da sobrevivência diária para a família, deixam seus filhos com irmãos mais velhos ou babás, o que reduz cada vez mais o tempo de convívio familiar entre pais e filhos. Essa mudança nas relações familiares tem várias implicações. O abandono pode decorrer tanto da necessidade de trabalho dos pais, quanto do total despreparo por parte dos mesmos no trato com a criança, e ainda pela inversão de valores com relação ao papel da escola.

Com efeito, a família deve ter consciência que possui papel imprescindível para o bom andamento escolar do aluno, devendo estar atenta ao comportamento de seus filhos tanto dentro quanto fora do ambiente escolar, sendo primordial um relacionamento estreito com colegas e professores, permitindo o acompanhamento das atividades de seus filhos. A violência escolar possui ligação direta com a liberdade que as crianças e jovens dispõem na atualidade para acesso à internet, comunicação por meios eletrônicos e festas, os quais figuram como fatores que facilitam o contato com situações delituosas, exigindo assim maior vigilância.

### 3.1.2 A escola na prevenção da violência escolar

A violência nas escolas está ligada a um processo complexo, podendo ter relação com o comportamento dos educadores e a conseqüente falta de relacionamento com os alunos, desinteresse pela atividade que exerce ou até mesmo falta de conhecimento necessário de como lidar com situação que possam aproximar os jovens do contato com atos ilícitos. Tais profissionais podem receber apoio dos profissionais de segurança pública, por meio de instruções com intuito de despertar em todos a necessidade de participação efetiva na busca em identificar possíveis problemas e soluções.

Toda comunidade escolar, bem como os órgãos responsáveis pela segurança pública que se relacionam a tal ambiente, são responsáveis pela prevenção e combate das situações que envolvam violência. Todavia, o papel dos discentes possui destaque, pois estes devem confiar e buscar criar situações educativas de forma colaborativa para diminuição da violência no ambiente escolar. Para tanto, é necessário que a escola tenha consciência da necessidade que possui de transmitir o conhecimento necessário para busca do crescimento profissional por parte dos alunos e ainda contribuir para que os mesmos tenham consciência de seus direitos e responsabilidades como cidadãos, devendo o professor primar pela busca de um ambiente ideal ao desenvolvimento intelectual de seus educandos.

### 3.1.3 A polícia militar na prevenção da violência escolar

A função do Policial Militar na escola é oferecer segurança, protegendo e resguardando a educacional contra indivíduos que tenham como intuito a prática de delitos que possam causar danos aos alunos e à escola, além de prestar apoio sempre que for solicitado. É de fundamental importância que estes profissionais de segurança pública sejam preparados para atender os anseios das instituições de ensino, sem que acabem por intervir de maneira indevida nas atividades de ensino os docentes e disponham de conhecimento técnico para lidar com adolescentes e funcionários das escolas.

O Policial Militar, ao atuar com o policiamento envolvendo a comunidade escolar, vai além da função de transmitir segurança, passando a ser visto como cooperador na educação dos alunos e realizando o papel de educador, de forma a orientar e aconselhar alunos e funcionários das instituições de ensino.

A atuação da PMDF no enfrentamento a violência escolar está elencada, direta e indiretamente, no Planejamento Estratégico PMDF (2011/2022), nos seguintes itens:

- 9. Fortalecer a gestão estratégica.
- 9.2. Desenvolver parcerias estratégicas.
- Iniciativa Estratégica:
- 9.2.1. Estabelecer parcerias estratégicas para a melhoria da qualidade em Segurança Pública.
- 10. Garantir as informações necessárias à tomada de decisão.
- Estratégias:
- 10.1. Implantar programa de melhoria da atividade de Inteligência Policial.
- 16. Melhorar a qualidade dos serviços prestados à população.
- Estratégias:
- 16.1. Implantar programa voltado ao aprimoramento das políticas de Segurança Pública.
- Iniciativa Estratégica:
- 16.1.1. Desenvolver projetos e ações para formulação de políticas de Segurança Pública.
- 17. Aumentar a confiança da população em relação à Polícia Militar
- Estratégias:
- 17.1. Implantar programa voltado à aproximação com a população.
- Iniciativa Estratégica:
- 17.1.1. Desenvolver projetos e ações voltado à aproximação com a população.
- 17.2. Implantar os objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas que impactem na confiança da sociedade do Distrito Federal em relação à Polícia Militar.
- 18. Elevar a sensação de segurança da população.
- Estratégia:
- 18.1. Implantar os objetivos, estratégias e iniciativas estratégicas que impactem na sensação de segurança da população do Distrito Federal.

Ademais, cumpre ressaltar o inciso II do art. 39, do Decreto nº 41.167, de 1º de setembro de 2020, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal regulamentado que a corporação é estruturada e destinada a atender às necessidades da sociedade também nas diretrizes da temática do policiamento comunitário ao prever o Batalhão de Policiamento Escolar, nos termos seguintes:

- Art. 39. Subordinam-se ao Comando de Policiamento Especializado os seguintes batalhões:(...)
- II – Batalhão de Policiamento Escolar, responsável pela execução do policiamento escolar.

É notório a preocupação institucional com a responsabilidade social junto às escolas públicas ao coibir a violência em todas as suas formas bem como, secundariamente, educar e adquirir confiança comunitária que enseja a preservação da ordem pública local.

Em âmbito nacional, o Estatuto da Criança e do Adolescente assegura que estes gozem de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana sem

qualquer tipo de discriminação sendo dever de todos prevenir a ocorrência de ameaça ou violação destes direitos. Esta legislação destaca em seu art. 70-A que as unidades federativas deverão atuar de forma articulada na elaboração de políticas públicas e na execução de ações sendo previsto no inciso XI a seguinte prevenção específica:

Art. 70-A. (...)

XI – a capacitação permanente das Polícias Civil e Militar, da Guarda Municipal, do Corpo de Bombeiros, dos profissionais nas escolas, dos Conselhos Tutelares e dos profissionais pertencentes aos órgãos e às áreas referidos no inciso II deste caput, para que identifiquem situações em que crianças e adolescentes vivenciam violência e agressões no âmbito familiar ou institucional.

Ainda no cenário nacional, visando a prevenção e combate à violência, às drogas e ao *bullying*, o Projeto de Lei nº 2.388/2021, tem como objetivo que a União, o Distrito Federal, os Estados e Municípios promovam, em regime de colaboração, a implantação de policiamento escolar na proteção de crianças e adolescentes. De acordo com projeto, será dever da instituição de ensino assegurar o controle de acesso ao instituto educacional e garantir a segurança dos profissionais da educação e dos alunos em ambiente escolar. Apesar do projeto estar em tramitação até os dias atuais, é possível extrair a preocupação em magnitude federal voltada a violência escolar.

O objetivo da presença policial e até mesmo da gestão compartilhada de escolas entre educação e a segurança pública é proporcionar uma educação de qualidade, bem como construir estratégias voltadas ao policiamento comunitário e o enfrentamento da violência no ambiente escolar, para promoção de uma cultura de paz e pleno exercício da cidadania além de melhorar o rendimento acadêmico e diminuir a evasão escolar dos discentes.

### **3.2 Teoria dos espaços defensáveis**

A segurança pública, atualmente é uma das principais preocupações sociais existentes no país, visto tratar-se de um problema que possui ligação direta com a desigualdade social e econômica. De outro lado, não pode deixar de observar fatores ligados às questões espaciais, os quais contribuem diretamente para o incremento dos índices criminais.

O problema da segurança escolar já vem sendo abordado há muitos anos. Um dos autores mais conhecidos que trata sobre o tema é Oscar Newman, o qual em

1972, através do seu trabalho “*Defensible Space*”, apontou que o conceito de Espaço Defensável sofreu uma evolução através da observação do conjunto Pruitt-Igoe localizado em St. Louis, Missouri, Estados Unidos. A região era formada por um complexo de 2.740 (duas mil setecentos e quarenta) unidades residenciais, distribuídas em 11 (onze) andares com amplas superfícies verdes, que visavam o uso coletivo, sendo visto como um movimento moderno. De maneira oposta, o que ocorreu foi um fracasso, pois em pouco tempo a degradação das áreas comuns tornou-se intolerável, tornando insustentável e perigoso transitar pelas escadas, elevadores e demais áreas sociais. Diferente das áreas comuns, os espaços que eram de uso individual ou ainda com uso compartilhado entre duas famílias, estavam preservados, concluindo o autor que as pessoas preservam apenas o que consideravam como seus, deixando de dar o cuidado necessário aos espaços de uso comum. Assim, de acordo com Newman (1996), é possível concluir que a participação dos moradores é a principal causa de êxito conforme a teoria dos espaços defensáveis.

Portanto, para que seja alcançado o sucesso na busca pela segurança, é necessário que ocorra a participação de todos, por meio de uma vigilância natural e implementação de medidas de reforço de segurança e controle de acesso, sendo fundamental a organização dos espaços com identificação de proprietários ou responsáveis e delimitação dos locais públicos e privados. Deve haver a busca da eliminação de ambientes que sirvam como proteções para grupos criminosos, em conjunto com estratégias de segurança desenvolvidas entre a comunidade e órgãos governamentais.

### **3.3 Prevenção Situacional**

A prevenção situacional possui gênese na criminologia, na qual permeia a análise de motivos circunstanciais e procedimentais de determinada região ensejando e propiciando a prática de crimes, tendo por objetivo prevenir ou dificultar esses delitos com maior eficácia. A Teoria da Prevenção Situacional do Crime foi abordada, inicialmente, por Ronald V. Clarke, em 1970, com a criação da primeira Escola de Chicago em atuação em um departamento de investigação da Inglaterra, e vem sendo desenvolvida desde então pelos criminólogos contemporâneos por ter se identificado a sua eficiência na identificação no combate direto e indireto preventivo ao crime.

Conforme ensina Cusson (2011, p. 204-205), “a noção de prevenção situacional serve para designar as medidas não-penais que têm por objetivo impedir a passagem ao ato através da alteração das circunstâncias particulares em que delitos da mesma natureza são cometidos ou poderiam sê-lo”. A teoria supracitada encontra amparo no caráter utilitarista na medida em que intervém em localidades onde existe maior incidência de crimes específicos, promovendo uma análise proativa e antecipada ao crime para que seja desestimulado o comportamento que produza riscos e oportunidades para sua prática.

Por considerar a violência em um contexto amplo, o qual contém decisões e interações humanas em locais específicos em situação de antecipação criminal, entende-se que a prevenção pode ocorrer em três níveis, quais sejam, prevenção primária, secundária e terciária, sendo que todas devem ser consideradas nas questões abordadas no presente estudo.

A metodologia para alcançar e aplicar as análises criminais que antecipam-se ao delito deverá corresponder a três etapas, sendo a primeira o levantamento e análise detalhada da geolocalização e as espécies de delitos cometidos nos espaços respectivos; a segunda, após a conclusão e extração dos dados criminais, seria estudar as formas de como combater os riscos e oportunidades que ensejam a prática de tais crimes; e a terceira e última, a reunião de todos os personagens que poderiam atuar para efetivar a situação de prevenção a estes delitos. Torrente (2001), complementando as vertentes da metodologia, vai dizer que é necessário seguir os seguintes vetores, necessariamente, nesta ordem: incrementar o esforço necessário para o cometimento do delito, minimizar as recompensas do delito, e aumentar as probabilidades de ser detectado.

Após esse ciclo, será possível aplicar respostas eficazes aos problemas criminais vivenciados nesses crimes específicos, tendo como referência a antecipação, previsão e em investigações preliminares perfazendo medidas proativas e reativas, quando necessário. Conforme leciona Elias (2008, p. 443-491), esta prevenção situacional é “uma corrente que defende que a criminalidade, a delinquência e as incivildades se apoiam em fatores de natureza circunstancial que, devidamente manipulados, poderiam resultar no controle de atos criminosos”. Com o desenvolvimento contemporâneo desta teoria, tem-se que o controle informal é essencial e mais eficaz, uma vez que diz respeito ao reconhecimento e

compartilhamento de normas de conduta social pela sociedade, como valores, crenças e costumes.

De acordo com o preceituado por Clarke e Felson (1997, p. 75), “as pessoas mais aptas para prevenir crimes não são policiais (que raramente estão por perto para descobrir os crimes no ato), mas antes os vizinhos, os amigos, os parentes, os transeuntes ou o proprietário do objeto visado”. A intenção é desviar o delinquente dos alvos interessantes ou vítimas em potencial mediante análise e alteração do espaço físico, dos horários com maior número de transeuntes e até mesmo de hábitos de vida daqueles que estão em situação de vulnerabilidade. Para ilustrar as técnicas utilizadas, o quadro abaixo sintetiza em como devem ser combatidos os riscos e oportunidades para o cometimento dos ilícitos penais.

Figura 1 - Técnicas de prevenção situacional

<b>Aumentar a dificuldade do crime</b>	<b>Aumentar os riscos</b>	<b>Reduzir os ganhos</b>
Proteger os alvos	Controlar as entradas e saídas	Eliminação de alvos
Dificultar os acessos	Vigilância natural	Identificação de bens
Orientar o público	Vigilância formal	Afixação de regras claras
Restringir o acesso aos instrumentos do crime		

Fonte: Clarke cit. In Elias (2008, p. 474).

O objetivo nuclear da teoria da prevenção situacional é evitar ou, ao menos, dificultar as práticas criminosas utilizando colheita, diagnóstico e aplicando medidas preventivas sistemáticas diretamente nas condutas pré-criminais. Nesse sentido, é de grande valia a utilização de tecnologias para auxílio do levantamento dos dados para análise criminal, tais como câmeras que realizam monitoramento, equipamentos de informática, alarmes, entre outros elementos dissuasores.

Portanto, a teoria da prevenção criminal advoga que não se deve prevenir os crimes somente através da atuação dos órgãos da segurança pública nem tampouco esperar que a resposta ao delito que advém da justiça criminal seja eficaz a célere. É necessário destacar a participação ativa da coletividade como os moradores, comerciantes, indústrias, autoridades escolares, família, não deixando de lado questões ligadas a arquitetura urbana, a qual se dará através de informações

advindas tanto do Estado como das mais diversas formas propagação da informação. De outro lado, enfatizando a atuação Estatal, os defensores desta teoria promovem a importância da instância de controle formal exercido pela autoridade policial que, preliminarmente, deverá articular esforços juntamente com a sociedade para efetivar a pronta e imediata resposta ao crime. No mesmo sentido, deve ser mantida a relação de proximidade com a comunidade para se conquistar a confiança para exercício do papel dela nessa forma de prevenção criminal.

Conforme é trazido neste trabalho, a atuação da Polícia Militar deverá se basear em modelos de policiamento tradicional, comunitário e estratégico, com finalidade de atingir os objetivos no que lhe cabe na Teoria da Prevenção Criminal, objetivando se antecipar ao crime. Por fim, partindo para competências Estatais na prevenção criminal abrangidas neste projeto, o poder público poderá criar estratégias e programas em determinadas áreas geográficas vulneráveis aos índices de criminalidade, exercendo a aplicação de projetos arquitetônicos urbanos nas proximidades escolares e desviando os delinquentes das áreas nas quais seriam passíveis de cometimentos de ilícitos favorecendo a prevenção de delitos.

#### **3.4 A Prevenção de crimes por meio de projetos (CPTED – *Prevention Through Environmental Design*) e a prevenção situacional**

No século XX, mais precisamente na década de 60, desenvolveu-se o método CPTED, que significa *Crime Prevention Through Environmental Design*, sendo consequência de estudos e investigações amparadas na relação entre o espaço geográfico e a criminalidade. A arquitetura ambiental descreve a possibilidade de haver vulnerabilidade para o cometimento do crime, sendo então uma das ferramentas mais eficazes na prevenção criminal, objetivando-se a redução de oportunidades para comportamentos delinquentes. A *International CPTED Association* define como sendo uma abordagem multidisciplinar de prevenção ao crime que utiliza o design urbano e arquitetônico e o gerenciamento de ambientes naturais e construídos com estratégias que visam reduzir a vitimização, dissuadir as decisões do infrator que antecedem os atos criminosos e construir um senso de comunidade entre os habitantes para que se possam obter o crime e minimizar o medo.

Conforme *International Crime Prevention Throgh Environmental Design Association*, essa ciência teve início em 1961 com a publicação do livro *The death life of gret american cities* de *Jane jacobs*, jornalista e ativista americana. Já em 1971

foi utilizado o termo CPTED com a obra do criminologista Ray Jaffery, criminologista americano sendo pacificado na doutrina que este autor seria o principal conceitualista do tema. Por fim, em 1972, o livro *Espacio defendible: prevención del delito através del diseño* urbano de Oscar Newman, arquiteto canadense.

Conforme explorado por Newman, a percepção do crime, vontade e possibilidade de participar do evento que o antecede, são fatores efetivos na influência na criminalidade tanto na proteção e vigilância dos espaços como, também, percebem a necessidade de interagir na situação de forma a repassar a evolução da criminalidade às autoridades responsáveis. Para assegurar a diminuição de oportunidades para o crime nesses ambientes, o modelo ora estudado ressalta quatro elementos fundamentais de arquitetura e design, quais sejam: o sentimento de territorialidade, vigilância, imagem e meio de posição geográfica, conhecida como 1ª geração do CPTED também chamada de CPTED Físico, tendo o contexto de possuir um autor motivado, espaço urbano com características ambientais propícias para a atividade delitativa e vulnerabilidade da vítima.

Conforme leciona Oscar Newman, o principal objetivo desta geração era diminuir a delinquência alterando o espaço físico tendo princípios basilares focando no projeto, construção e utilização destes espaços, sendo eles, vigilância natural, reforço territorial, controle natural de acessos, manutenção e participação comunitária. Aplicando-se essa nova perspectiva, teríamos a vigilância natural, o reforço da territorialidade, a manutenção do espaço, o controle natural de acesso e incentivo à atividade em lugares vazios.

Figura 2 - Conceitos da 1ª Geração



Fonte: Cozens e Love (2015, n.p., tradução nossa)

Com a evolução dos estudos da criminologia, o modelo inicial do CPTED apresentava lacunas práticas e teóricas apesar da sua contribuição efetiva nas investigações, o que culminou em uma 2ª geração deste modelo teórico desenvolvida por Diane Zahm e Timothy Crowe. Estes autores destacam a ideia de que quando é possível realizar uma análise do cenário gráfico do problema criminológico, fica mais nítido compreender “o que está a funcionar, onde está a funcionar e porque está a funcionar (ou não está a funcionar)”. (ZAHM, 2007, p. 36).

Pormenorizando a segunda geração do CPTED, Sabille e Cleveland (1997, p. 1), destacam que:

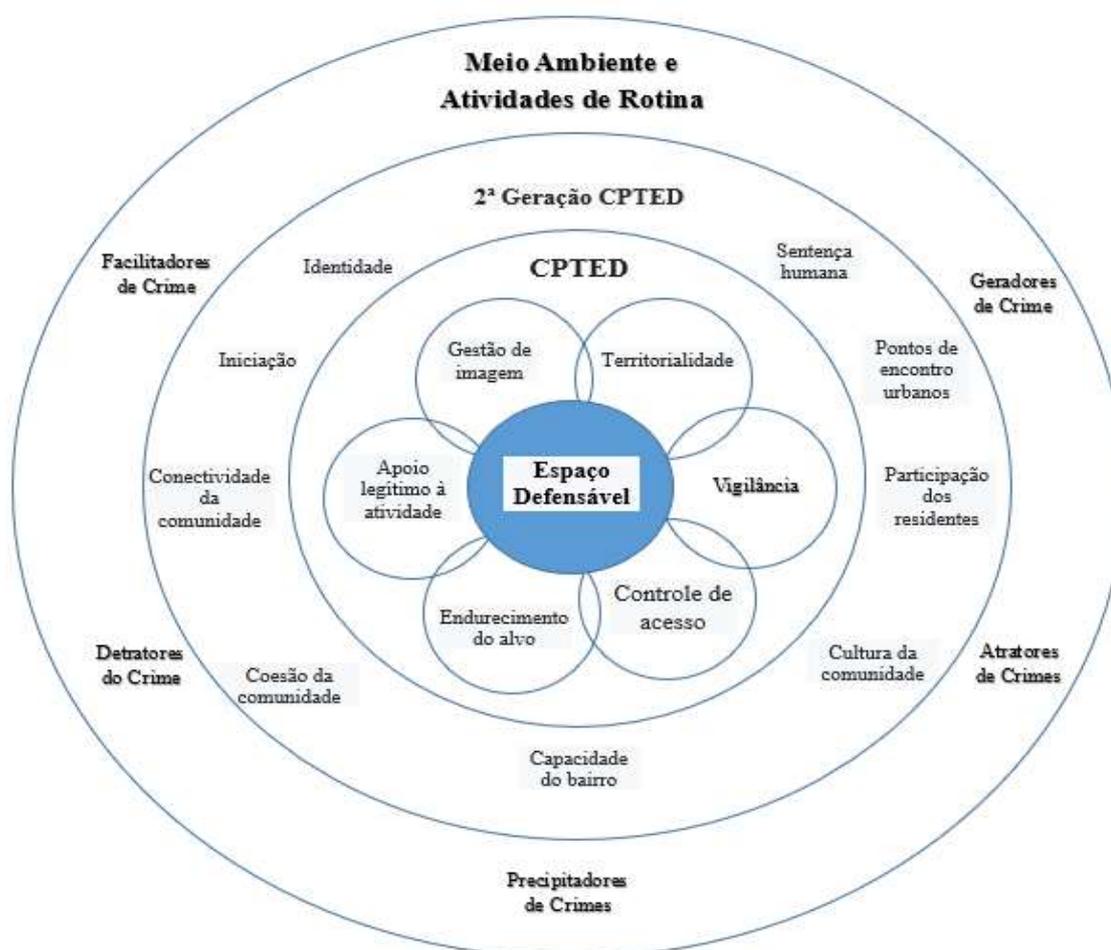
Existem quatro conceitos que norteiam essa nova visão: coesão social, conectividade da comunidade, cultura comunitária e capacidade limiar, ou seja, além das características da arquitetura ambiental deve ser inserido no contexto os aspectos como a estrutura da família, do pensamento e, o mais importante, do comportamento.

A aplicabilidade dessa 2ª geração do CPTED é mais evidente em países em desenvolvimento que tem grandes desafios na sua organização inicial como insegurança pública, violência advindos de problemas econômicos, urbanização

desordenada, instituição do crime organizado, entre outros, sendo os projetos de CPTED o equilíbrio entre o investimento e sustentabilidade daquela região.

A partir de 1997, temos o início da segunda geração do CPTED social ou comunitária, o qual tinha como objetivo a construção de um sentido de coesão social e comunidade, dando ênfase ao equilíbrio entre a agenda sustentável e os investimentos realizados, acrescentando um quinto princípio que se trata da participação comunitária.

Figura 3 - Conceitos da 2ª Geração



Fonte: Cozens e Love (2015, n.p., tradução nossa)

Com a evolução dos estudos *Crime Prevention Through Environmental Design* alcançaremos a 3ª geração também conhecida como CPTED Emocional que mantém os princípios de primeira geração ampliando os as observações físicas e a visão social da 2ª geração acrescentando os desejos humanos, saúde pública, motivações subjetivas e sustentabilidade. Mantendo os cinco princípios aplicados na

segunda geração e acrescenta a motivação humana, anseios, questões relacionadas à saúde pública, sustentabilidade e qualidade de vida, além dos conceitos elencados por Maslow (1943) direcionados a hierarquia das necessidades humanas.

Figura 4 - Pirâmide da hierarquia das necessidades humanas de Maslow (1943)



Fonte: Reprodução autoral.

Ao analisar a pirâmide no contexto das gerações que abrangem o CTPED, é possível destacar que a 1ª geração abrange as características básicas e de segurança, a 2ª geração se alinhando aos degraus da estima e sociais e, por fim, a 3ª geração envolvendo a autorrealização. Nessa toada, Zahm (2007, p. 11) destaca que o método em estudo deverá abranger estratégias que identifique as seguintes questões: “qual é o problema? Por quê neste lugar? O que pode ser feito para resolver o problema? Como está a correr?”. Para melhor avaliação e busca das respostas de cada problema de forma detalhada e isolada, é imprescindível a aplicação do processo SARA, que designa por *scanning*, *analysis*, *response* e *assessment*.

*Scanning* ou digitalização, refere-se à identificação, definição e investigação de um problema existente bem como os sujeitos envolvidos para a resolução do mesmo. *Analysis* ou análise, é a reunião das pessoas envolvidas para definir metas e objetivos para findar aquele problema, além de recolher e analisar as relações entre os delitos da região e as suas condições ambientais. *Response* ou resposta, busca o foco de avaliar objetivos sociais, políticos, jurídicos, financeiros ou tecnológicos os quais são possíveis alcançar com a implementação das estratégias traçadas. Por fim,

*Assesment* ou avaliação, é o monitoramento dos indicadores e a análise do processo estratégico implementado, bem como sua reformulação ou adaptação a outros métodos que sejam necessários para determinada arquitetura ambiental.

Ademais, a aplicação do processo SARA - Scannig (exploração), Analysis (análise), Response (resposta) e Assessment (avaliação) - que é o método empregado para identificar e dirimir os problemas relacionados à segurança e criminalidade, é eficiente desde a análise do ambiente físico até a forma de se evitar os gastos desnecessários de recursos dada a singularidade de cada localidade onde se encara o problema da delinquência.

Quadro 1 - Processo SARA

O Processo SARA	Resolução de problemas com a prevenção do crime através do design ambiental
Escaneamento	<ol style="list-style-type: none"> <li>1. Identificar, definir e investigar um problema existente ou emergente.</li> <li>2. Identifique as partes interessadas que devem estar envolvidas na solução de problemas.</li> <li>3. Decidir sobre a combinação de reuniões e atividades que serão necessárias para a resolução de problemas e criar um cronograma para trabalhar no processo.</li> </ol>
Análise	<ol style="list-style-type: none"> <li>4. Reunir-se com os stakeholders para esclarecer o problema e definir as metas e objetivos para o processo.</li> <li>5. Colete e analise dados e informações sobre o problema.</li> <li>6. Avalie quaisquer conexões ou relações entre o(s) problema(s) e as condições ambientais.</li> </ol>
Resposta	<ol style="list-style-type: none"> <li>7. Estabelecer as metas a serem alcançadas por meio da implementação de prevenção ao crime por meio de projetos ambientais ou outras estratégias.</li> <li>8. Identificar estratégias alternativas para atingir as metas de implementação.</li> <li>9. Avaliar a viabilidade social, política, legal, financeira ou tecnológica da implementação de cada estratégia.</li> <li>10. Selecione as estratégias mais promissoras e crie e adote um plano de melhoria que identifique estratégias específicas, defina os requisitos financeiros e de outros recursos, atribua responsabilidade pela implementação e supervisão, delineie um cronograma para a implementação do plano e estabeleça indicadores de sucesso.</li> <li>11. Coloque em prática as medidas mais promissoras e viáveis. Pode ser necessária uma combinação de respostas imediatas, melhorias de curto prazo e investimento de longo prazo.</li> </ol>
Avaliação	<ol style="list-style-type: none"> <li>12. Monitore o progresso em relação aos indicadores de sucesso especificados na etapa 10.</li> <li>13. Decida se o processo precisa ser repetido devido à falta de progresso ou ao surgimento de novos problemas.</li> </ol>

Fonte: Zahm (2007, n.p., tradução nossa)

Na implementação do Projeto Escola Segura, o CPTED deve ser utilizado de forma a despertar em todos os envolvidos na comunidade escolar, desde o aluno até

o sistema de segurança pública, o sentimento de territorialidade, precaução e segurança. A finalidade é de alertar a importância da participação de todos em ações preventivas como acionamento da força policial além de incluir outros fatores como instalação de sinalização, cercas ou qualquer outro elemento que possa dificultar ações delituosas. O projeto prevê o controle de acesso efetivo nas unidades escolares, tendo em vista que a sua ausência é determinante para o contato entre os alunos e os delinquentes que têm objetivo de captar a atenção e enaltecer a criminalidade para os mais vulneráveis, endurecendo o combate a atividades criminosas. É imperioso diminuir ou, até mesmo, eliminar as oportunidades de crime que venham atingir a comunidade escolar em sentido amplo.

No tocante à vigilância, que está ligada ao *design* e sua influência na visibilidade, deve haver uma atividade de acompanhamento e monitoramento de pessoas e/ou locais, influenciando na percepção de segurança dos usuários, sendo instaladas câmeras de vigilância nas quais a Polícia Militar tenha acesso direto, além de guardas e porteiros instruídos de forma a aumentar a atenção, buscando, assim, reduzir o crime e evitar que se gere a oportunidade para o delito.

Quanto ao gerenciamento de imagens, este deverá ser realizado pela unidade escolar após a instrução repassada pelos órgãos de segurança pública e com acesso direto e em tempo real pela Polícia Militar, de forma a aumentar a gestão e supervisionamento. Tal situação em conjunto com a justaposição geográfica por meio de controle do uso e atividades que tendem a causar crimes, como bares, distribuidoras, lotes vagos ou obras abandonadas nas proximidades das escolas podem influenciar os índices criminais.

De fato, estudos reconhecidos mundialmente concluem positivamente a correlação entre o design urbano e a redução da criminalidade associando a sua diminuição de oportunidades do criminoso como um fator importante assim como a intensificação do policiamento.

A implementação do CPTED pela Polícia Militar no âmbito escolar deve ter como intuito buscar a redução de crimes cometidos tanto no interior como nas proximidades das unidades escolares, diminuindo a insegurança, devendo ter participação da comunidade escolar e polícia militar. Para que isso seja possível, é imprescindível que seja realizado um trabalho de maneira que venha a desencorajar ações criminosas, sendo necessária a participação dos envolvidos no combate à violência escolar, com o dever de estarem em alerta, de forma a não deixar apenas a

cargo dos profissionais de segurança pública para que seja trabalhado de forma a promover a segurança coletiva.

Por fim, a aplicação do CPTED nas escolas é de fundamental importância, pois torna possível observar os pontos que possam estar colaborando para ações de criminosos, tanto dentro como nas adjacências das unidades de ensino. Tal postura permitirá verificar quais as ações e órgãos competentes e assim fornecer informações para que sejam realizadas as correções, e como consequência diminuição do índice de crimes e maior sensação de segurança.

### **3.5 Policiamento Comunitário Escolar**

O policiamento comunitário escolar é o processo de policiamento que possui como foco a atuação em conjunto da Polícia Militar com a comunidade escolar, indo além das questões de segurança e adentrando no contexto socioeducacional, sendo uma tendência no policiamento contemporâneo. No ambiente escolar não é diferente, exigindo ainda mais uma polícia especializada nos moldes do policiamento comunitário.

A comunidade escolar é definida como, aquela que “engloba desde os alunos, professores, funcionários, grêmio estudantil, policiais, familiares dos estudantes, associações de pais e mestres até moradores do bairro onde a escola se localiza” (KAHN, 2002, n.p.). Conforme Manual de Policiamento Escolar da Secretaria Nacional de Segurança Pública (SENASP):

A comunidade escolar é formada pelos professores, servidores, alunos, pais de alunos, comunidade do perímetro escolar, Polícia Militar, Conselho Tutelar - CT, Vara da Infância e Juventude - VIJ, Ministério Público – MP, Polícia Civil, Corpo de Bombeiros, Secretaria de Educação, Prefeituras e Administrações Regionais, entre outros.

Conforme afirma o francês Dirk Oesselmann (2005), a instituição escolar também faz parte das formas com que a violência se instala e se propaga nas comunidades. Diversas são as maneiras que ela se apresenta, seja através da agressividade real ou até mesmo da violência velada onde todas ensejam no rompimento da boa convivência social:

A violência não é apenas um problema das diferenças sociais, externas à escola, e das predisposições pessoais, ambas invadindo e ocupando a escola. A violência é um problema também da própria escola como sistema educacional excludente e precário. Portanto, a violência é da escola.

O objetivo central desta espécie de policiamento é prevenir a delinquência, violência e prática de atos infracionais. Para tanto, a comunidade escolar deve confiar e ser fomentada a atuar conjuntamente com a Polícia Militar, tendo em contrapartida passar a confiança necessária para que essa relação aconteça. Todos os envolvidos no sistema escolar devem zelar para que o ambiente esteja sempre seguro e preservado e, principalmente, cobrar atuação estatal para implementação de investimentos nas localidades. Características como ausência de iluminação, lixos aglomerados nas proximidades das escolas, muros e cercas danificadas que não representam segurança para a qual se destinam, mato alto nas redondezas, são demonstrações de ausência de infraestrutura e saneamento básico. Os fatores mencionados contribuem para a atuação de delinquentes e até encorajam a prática e o comportamento delituoso.

Merece destaque a forma com que a sociedade em seus diversos níveis de cultura enxerga a atuação da Polícia Escolar Comunitária. Existe maior aceitação do público jovem em detrimento aos adultos no entendimento de que a polícia comunitária depende da participação de todos e tratando do ambiente escolar, este é próprio para a disseminação da cultura de polícia comunitária. Enquanto há muitas dificuldades para a conscientização dos adultos sobre os temas relacionados à segurança pública, sempre houve boa vontade do público mais jovem em recepcionar novas ideias e conceitos e repassá-los aos mais velhos.

A partir dessa ideologia de combate à violência escolar, a Constituição Federal (art. 205, da CF/88) e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9.394/1996) fazem constar que a escola vai além da simples burocracia da transmissão de conhecimento desenvolvendo um papel humanizador e socializador. O policiamento escolar comunitário é ferramenta pedagógica onde se propaga a segurança sendo importante para promoção da segurança, disseminação da cultura da paz e na resolução pacífica dos problemas de segurança tendo como objetivo atingir valores legítimos na comunidade.

O modelo de policiamento realçado na corrente em estudo deve buscar um diálogo entre toda comunidade escolar, trazendo alternativas para questões que envolvam segurança e buscando uma educação preventiva e a resolução dos conflitos de forma pacífica, por meio de parcerias entre a polícia e integrantes da comunidade escolar, facilitando mudanças comportamentais voltadas para uma cultura de segurança e paz. O objetivo basilar deve ter na identificação, priorização e resolução

de problemas existentes de forma preventiva, com intuito de melhorar a qualidade de vida na comunidade escolar.

É importante ressaltar que o policiamento comunitário possui como objetivo a prevenção da violência e a prática de atos infracionais, devendo alertar os integrantes da comunidade escolar sobre a importância da participação efetiva de todos. Na mesma esteira, merece destaque o conhecimento do local, bem como problemas relacionados à segurança nas escolas e seus arredores, comunidade local e perfil socioeconômico dos alunos.

Para exercer esse policiamento de forma eficiente, são necessárias as seguintes características: conhecer a localização e os problemas recorrentes tanto nas escolas como as adjacências, perfil pessoal e socioeconômico da comunidade e dos alunos, além da rotina de funcionamento do estabelecimento de ensino. Da mesma maneira, deve ser executado o policiamento dentro da escola e no seu perímetro, organizar e dar segurança ao trânsito nas imediações, inclusive, em faixa de pedestre e fiscalizar o transporte escolar público e privado. Em caso de conflitos, o policial se apresentar como mediador e, principalmente, estabelecer canal de comunicação direto e eficaz com a direção escolar.

Outro fator que deve ser abordado e analisado é de onde vem e como ocorre a violência escolar. Charlot (2005, n.p.) classifica os episódios de violência na escola dentro de três tipos: “a violência na escola, a violência dentro da escola e a violência da escola”. Esse conglomerado de atribuições deve ser dividido e executado nas mais diversas formas, tais como a pé, a bicicletas, motocicletas, viaturas e montado à cavalo. tudo com o planejamento da Polícia Militar juntamente com a direção escolar.

A violência dentro da escola é aquela que ocorre de um fator externo, que se finda no âmbito interno escolar, ou seja, um problema que não era atrelado à escola, mas fatores fizeram com que as consequências terminassem no seu interior. Já a violência na escola é aquela que se desdobra dentro da própria convivência no interior da instituição de ensino, sendo fruto e consequência gerada dentro dos seus muros. Por outro lado, a violência contra a escola (abordagem ainda na violência na escola) é aquela perpetrada em desfavor das atividades e a própria instituição e também contra as autoridades escolares. Ressalta-se que essa é identificada como sendo mais praticada pelos próprios alunos. A violência da escola é aquela praticada pela própria instituição em face do aluno ou qualquer outro que participe da convivência escolar. Portanto, deve-se identificar a gênese do problema que permeia o tipo de

violência para que se tenha uma solução mais eficaz e pacífica na comunidade escolar.

Por todo o exposto, tem-se que o policiamento dentro das escolas públicas pelos policiais militares têm caráter preventivo e de aproximação e deve ser exercido sem confundir as atribuições funcionais da direção e dos professores das instituições.

Por fim, conclui-se que a formação policial para o exercício das atividades de policiamento intraescolar é escassa e insuficiente, o que facilita a oportunidade da delinquência nas instituições. Portanto, esse tipo de atividade em que tem o foco a escola pública, objetiva a capacitação de forma continuada por meio de matriz multidisciplinar, observando a realidade e as especificidades de cada ambiente escolar.

### **3.6 Acompanhamento por videomonitoramento**

O videomonitoramento, por si só, é uma evolução tecnológica que já se encontra nas entrâncias da sociedade seja sob o controle de comportamentos ou até mesmo o registro de momentos nos quais se resguarda alguma prova para torná-la inquestionável. No âmbito da atividade policial, esse sistema representa uma forma de expansão de observação da polícia ostensiva, fazendo a vigilância chegar aonde em tese não há aparato físico. Assim, acaba por funcionar como tentáculos onde aumenta a possibilidade de atuar preventivamente na prática de crimes e aumentando o tempo de resposta policial, conseqüentemente, reduzindo ou eliminando a delinquência em determinada região que se considera ponto sensível além de aumentar a sensação de segurança.

A implementação do sistema de videomonitoramento com acesso direto pela Polícia Militar permitindo o acompanhamento através de sala de monitoramento localizada nas unidades policiais, além de inibir a prática delituosa, permite observar e identificar indivíduos que estejam realizando o comércio ou uso de entorpecentes, prática de roubos e furtos, dentre outras condutas antissociais. Destaque-se que a escola é considerada um dos principais agentes socializadores, proporcionando conhecimentos, transmitindo valores e levando a sociedade ao exercício da cidadania. Desta forma é imprescindível que o ambiente escolar seja o mais seguro e agradável possível.

A implementação do sistema de videomonitoramento é um dos pontos principais na implementação do projeto Escola Segura, sendo que, grande parte das escolas já possuem o sistema de vigilância por câmeras em funcionamento, passando nestes casos apenas a disponibilizar acesso às imagens em tempo real pelas unidades policiais para realização do trabalho conjunto. Para realizar o monitoramento das câmeras, seria necessária uma sala de videomonitoramento e 1 (um) policial por turno de serviço, sendo que grande parte das unidades policiais militares possui salas de videomonitoramento e profissionais atuando neste trabalho, uma vez que já fazem o monitoramento de câmeras espalhadas pelas cidades.

Cumprido destacar que no âmbito do Distrito Federal já existe Lei normatizando a importância da vigilância escolar por meio do monitoramento com câmeras de vídeo. Trata-se da Lei nº 4.058, de 18 de dezembro de 2007, que dispõe “sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas públicas do Distrito Federal”, dispondo o seu artigo primeiro o seguinte:

Art. 1º As escolas de educação básica da rede pública de ensino do Distrito Federal devem possuir sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas áreas externa e interna de suas dependências.

§ 1º O sistema de monitoramento de que trata o caput destina-se exclusivamente à preservação da segurança da comunidade escolar e à prevenção de atos de violência e outros que ponham em risco esta segurança.

Já em seu artigo 4º, a lei supra destaca sobre a competência e responsabilidade das imagens produzidas, nos termos seguintes:

Art. 4º As imagens produzidas e armazenadas pelo sistema de que trata esta Lei são de responsabilidade da direção da escola e não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para instrução de processo administrativo ou judicial.

Nota-se que desde 2007 já existe preocupação em preservar a segurança da comunidade escolar e suas adjacências por meio de videomonitoramento. Entretanto, conforme a própria legislação, os vídeos e imagens são de responsabilidade tão somente da escola, ou seja, afastou os órgãos de segurança pública tanto o acesso como do controle. Por outro lado, com o crescimento da violência escolar bem como a preocupação em envolver mais segurança e atendimento a essas demandas, foi

protocolado o Projeto de Lei 2.167, de 28 de novembro de 2018, onde propõe alteração legislativa passando a envolver os órgãos de segurança pública no acesso às imagens e vídeos, estabelecendo a seguinte redação:

Art. 4º As imagens produzidas deverão ser transmitidas simultaneamente aos órgãos de segurança, ficando responsável pelo armazenamento das imagens geradas pelo sistema de que trata esta Lei a direção da escola e não poderão ser exibidas ou disponibilizadas a terceiros, exceto por meio de requisição formal em casos de investigação policial ou para instrução de processo administrativo ou judicial.

A justificativa legislativa para a alteração do dispositivo baseou-se que a instalação dos sistemas de monitoramento eletrônico traz benefícios na repressão e prevenção de crime contra a vida, furtos e roubos, comercialização e uso de drogas e entorpecentes, que são relatados por alunos e professores das redes de ensino, bem como é de conhecimento público, tem ocorrido diversas agressões envolvendo alunos e professores.

Por não ser matéria unânime, o videomonitoramento vai além da simples gravação de imagens e vídeos ultrapassando o limiar da segurança pública adentrando a temas sensíveis como invasão da privacidade, direito de imagem, disponibilização de dados e eventuais discriminações raciais no momento da identificação de sujeito em atividade suspeita. Porém, é de extrema importância a relativização dos direitos e garantias fundamentais diante da necessidade de fiscalização e garantia da segurança de atividade pública.

Conforme a Secretaria de Segurança Pública, o Distrito Federal possui 964 (novecentos e sessenta e quatro) câmeras instaladas, porém em funcionamento são 880 (oitocentos e oitenta), fixas e móveis, distribuídas em 24 (vinte e quatro) Regiões Administrativas. Para maior efetividade, são acompanhados por instituições e agências do poder executivo, com funcionamento ininterrupto. Fazem parte dele a Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal (SSP-DF); a Polícia Militar (PMDF) e a Polícia Civil (PCDF); o Corpo de Bombeiros Militar (CBMDF); o Departamento de Trânsito (Detran-DF); a Companhia do Metropolitano (Metrô-DF); o Transporte Urbano do Distrito Federal (DFTrans); o Serviço de Limpeza Urbana (SLU); e o Instituto Brasília Ambiental (Ibram).

#### 4 METODOLOGIA DE PESQUISA

O presente trabalho possui como metodologia de pesquisa prioritariamente a experimental, vez que, utilizará centros de ensino como campo de pesquisa para alcançar os resultados necessários para posterior difusão do método como elemento de dissuasão da delinquência infanto-juvenil. Quanto a natureza trata-se de pesquisa aplicada, pois tem o objetivo de gerar conhecimentos de aplicação prática para o problema relacionado a violência escolar.

Em se tratando dos aplica-se a pesquisa explicativa, tendo como intuito identificar os fatores que possam contribuir no aumento de situações delituosas dentro do ambiente escolar, devendo ser implementado o projeto em algumas unidades escolares de forma experimental, sendo estas unidades escolhidas levando em consideração estudos e disponibilidades das escolas que demonstrem interesse em estar participando do projeto, profissionais da educação bem como alunos e policiais disponíveis. Sendo um estudo de caráter qualitativo, observando a temática de forma crítica e prática. Conforme Gerhardt e Silveira (2009, p. 32):

Os pesquisadores que utilizam métodos qualitativos buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos (suscitados e de interação) e se valem de diferentes abordagens.

Com ênfase na observação de dados sobre índices criminais disponibilizado pela Polícia Militar e pela Secretaria de Segurança Pública do Distrito Federal, é realizado o cruzamento com todos os dados levantados por meio de pesquisas bibliográficas, afim de se registrar que determinado assunto já foi estudado, conforme Fonseca (2002, p. 32):

A pesquisa bibliográfica é feita a partir do levantamento de referências teóricas já analisadas, e publicadas por meios escritos e eletrônicos, como livros, artigos científicos, páginas de web sites. Qualquer trabalho científico inicia-se com uma pesquisa bibliográfica, que permite ao pesquisador conhecer o que já se estudou sobre o assunto. Existem, porém, pesquisas científicas que se baseiam unicamente na pesquisa bibliográfica, procurando referências teóricas publicadas com o objetivo de recolher informações ou conhecimentos prévios sobre o problema a respeito do qual se procura a resposta.

## 5 BATALHÃO DE POLICIAMENTO ESCOLAR – PMDF (BPESC)

Atualmente o efetivo do Batalhão de Policiamento Escolar está previsto na Portaria PMDF Reservada N° 1.236, de 16 de novembro de 2021, sendo de 21 (vinte e um) oficiais e 569 (quinhentos e sessenta e nove) praças. Porém, o efetivo atual está bem aquém, uma vez que existe atualmente 10 (dez) oficiais e 113 (cento e treze) praças ativos e 45 (quarenta e cinco) praças designados, totalizando 158 (cento e cinquenta e oito) praças em atividade no Batalhão, conforme dados repassados pelo BPEsc em Junho de 2022. O BPEsc atua em todo o Distrito Federal sendo dividido em quatro Companhias de Policiamento Escolar, sendo elas:

Quadro 2 - Área de Atuação – CIAS Operacionais

	<b>1ª CIA Metropolitana</b>	<b>2º CIA Leste</b>	<b>3ª CIA Oeste</b>	<b>4ª CIA Sul</b>
<b>Área</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Brasília</li> <li>• Guará</li> <li>• Cruzeiro</li> <li>• Lago Sul</li> <li>• Lago Norte</li> <li>• Vila Planalto</li> <li>• Granja do Torto</li> <li>• Sudoeste/Octogonal</li> <li>• Parque Way (Qds 04 e 05)</li> <li>• SCIA</li> <li>• SAI (St. De áreas isoladas)</li> <li>• Estrutural</li> <li>• Varjão</li> <li>• Vila Telebrasilândia</li> <li>• Taquari</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Paranoá</li> <li>• Sobradinho I e II</li> <li>• Planaltina</li> <li>• São Sebastião</li> <li>• Itapoã</li> <li>• Fercal</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taguatinga</li> <li>• Brazlândia</li> <li>• Ceilândia</li> <li>• Samambaia</li> <li>• Águas Claras</li> <li>• Vicente Pires</li> </ul>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Gama</li> <li>• Núcleo Bandeirante</li> <li>• Santa Maria</li> <li>• Recanto das Emas</li> <li>• Riacho Fundo I e II</li> <li>• Candangolândia</li> <li>• Parque Way (Qds 01 a 03 e 06 a 29)</li> </ul>

Fonte: (PMDF – BPEsc)

O Batalhão de Policiamento Escolar teve origem no Distrito Federal com o Decreto nº 11.958, de 09 de novembro de 1989, e desde então é responsável pela modalidade de policiamento escolar na capital federal:

DECRETO Nº 11.958, DE 09 DE NOVEMBRO DE 1989  
 Cria o 6- Batalhão de Polícia Militar - Batalhão Escolar, da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências.  
 O GOVERNADOR DO DISTRITO FEDERAL, no uso das atribuições que lhe conferem o artigo 20, inciso II, da Lei n- 3.751, de 13 de abril de 1960 e o artigo 48 da Lei n\* 6.450, de 14 de outubro de 1977, e

Considerando que esta Unidade da Federação abriga 629 estabelecimentos de ensino, somados os particulares e oficiais, localizados em áreas urbanas e rurais, que reclamam presença constante de policiais-militares;  
Considerando que, através da Lei n- 7.851, de 23 de outubro de 1989, restou ampliado o efetivo da Polícia Militar do Distrito Federal, em moldes a propiciar a criação de novas unidades,

DECRETA:

Art. 1º — Fica criado, na Polícia Militar do Distrito Federal, o 6º Batalhão de Polícia Militar, subordinado ao Comandante-Geral da Corporação.

Art. 2º — O Quadro de Organização do 6- Batalhão de Polícia Militar -6- BPM — após submetido à apreciação do Estado Maior do Exército, será aprovado pelo Governador do Distrito Federal e publicado em Boletim Reservado da Corporação.

Art. 3º — O 6- BPM terá suas instalações implantadas em áreas a ser designada pelo CAUMA.

Art. 4º — O 6- BPM, com autonomia administrativa, terá a atribuição de executar o policiamento ostensivo, encarregando-se da segurança dos estabelecimentos de ensino localizados nas regiões administrativas do Distrito Federal, além de cumprir outras missões determinadas pelo Comandante-Geral da Corporação.

Art. 5º — As despesas oriundas da execução do presente Decreto serão acrescidas à conta da dotação orçamentária própria da Polícia Militar do Distrito Federal.

Art. 6º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º — Revogam-se as disposições em contrário.

Brasília, 09 de novembro de 1989 101º da República e 30º de Brasília

JOAQUIM DOMINGOS RORIZ  
Governador do Distrito Federal

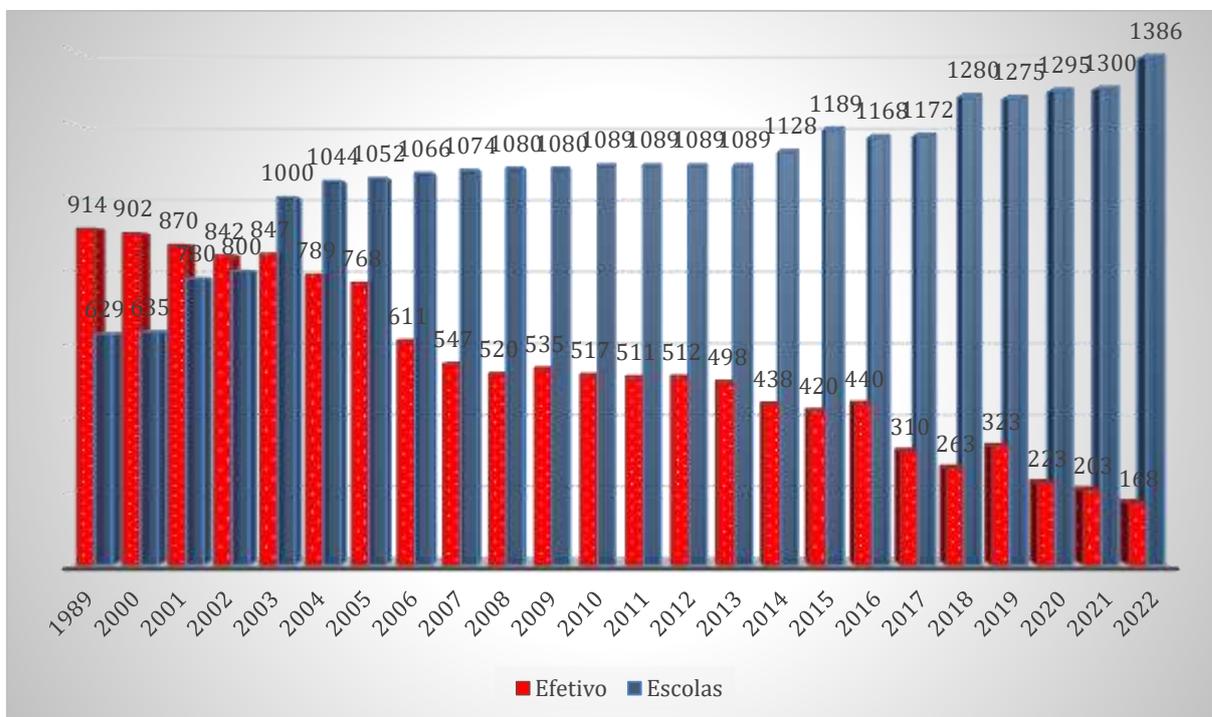
Em 1989, quando o Batalhão de Policiamento destinado a segurança dos estabelecimentos de ensino foi criado foi destinado um efetivo de 914 (novecentos e quatorze) policiais militares para atendimento a 629 (seiscentos e vinte e nove) estabelecimentos de ensino. Com o passar dos anos o efetivo destinado para atuação no policiamento escolar foi diminuindo, e, em sentido inverso, a quantidade de unidades escolares atendidas foi crescendo, chegando no ano de 2022 a 1386 (mil trezentas e oitenta e seis) escolas e com efetivo de 168 (cento e sessenta e oito) policiais militares para atender toda Capital Federal. Os dados referentes a efetivo e estabelecimento de ensino atendidos de 1989 até 2022, podem ser vistos a seguir:

Quadro 3 - Efetivo x EscolasFonte: (PMDF – BPEsc)

<b>Efetivo do BPEsc x Número de Escolas Atendidas</b>		
<b>Ano</b>	<b>Efetivo</b>	<b>Escolas</b>
1989	914	629
2000	902	635
2001	870	780
2002	842	800
2003	847	1000
2004	789	1044

2005	768	1052
2006	611	1066
2007	547	1074
2008	520	1080
2009	535	1080
2010	517	1089
2011	511	1089
2012	512	1089
2013	498	1089
2014	438	1128
2015	420	1189
2016	440	1168
2017	310	1172
2018	263	1280
2019	323	1275
2020	223	1295
2021	203	1300
2022	168	1386

Figura 5 - Efetivo do Batalhão de Policiamento Escolar X Número de Escolas Atendidas



Fonte: (PMDF – BPEsc)

No Batalhão Escolar são desenvolvidas diversas ações, sendo elas comunitárias como reunião com pais, diretores e conselhos de segurança, ações

preventivas como operação visibilidade, volta às aulas, bem como Palestras e visita técnica e preventiva, havendo ainda ações repressivas como operação varredura, escola livre, bloqueio escolar e blitz escolar. Atualmente este policiamento especializado aborda as seguintes vertentes: atuação da família; *bullying* escolar; abordagem do Estatuto da Criança e do Adolescente - ECA; prevenção às drogas; a profissão policial militar; a autoridade do professor; pedofilia e boa convivência escolar.

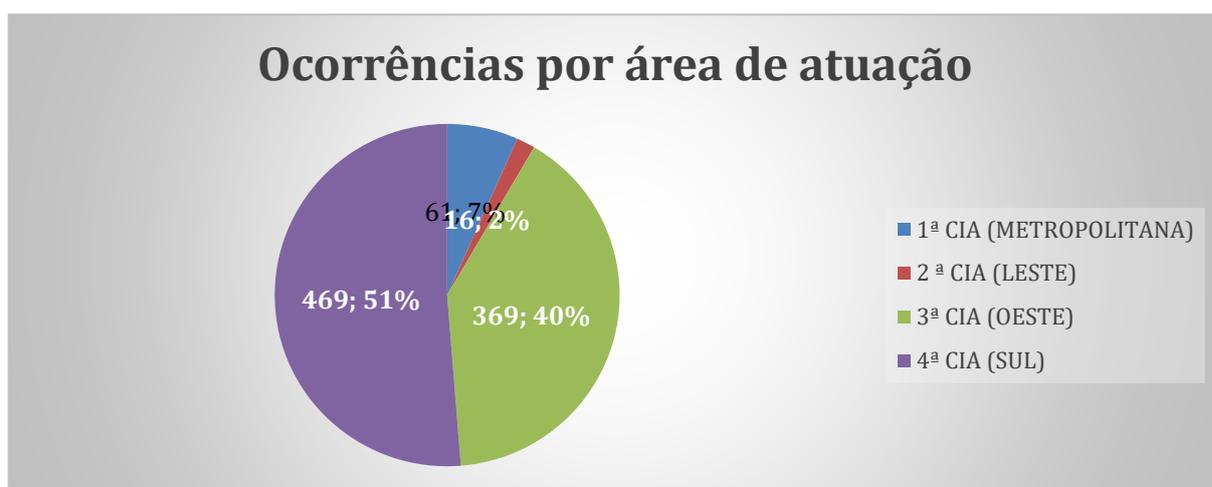
Tratando da quantidade de ocorrências distribuídas por área de atuação companhias de policiamento, em 2022 foram atendidas até o momento 594 (quinhentas e noventa e quatro) até o mês de junho, conforme dados retirados do sistema Genesis, e no ano de 2021, temos os seguintes dados:

Quadro 4 - Ocorrências por área de atuação

CIA	Quantidade de Ocorrências	Porc. %
1ª CIA (METROPOLITANA)	61	7%
2ª CIA (LESTE)	16	2%
3ª CIA (OESTE)	369	40%
4ª CIA (SUL)	469	51%
<b>TOTAL</b>	<b>915</b>	

Fonte: (Genesis - 2021)

Figura 6 - Ocorrências por área de atuação



Fonte: (Genesis - 2021)

Desta forma, diante dos dados apresentados é de fundamental importância que haja uma integração entre o BPEsc, Comandos Regionais e Batalhões de Áreas, uma vez que é observado um crescente aumento na quantidade de unidades escolares atendidas pela Polícia Militar, o que não está sendo acompanhado pelo quantitativo de policiais empregados nesta modalidade de policiamento o qual é fundamental uma vez que permite uma educação com maior qualidade contribuindo para formação dos estudantes e promovendo transformações no meio social. Em 2022, tivemos no Distrito Federal diversas ocorrências em escolas, podemos citar as seguintes:

Quadro 5 - Ocorrências em escolas públicas do Distrito Federal em 2022

LOCAL DA OCORRÊNCIA E DATA DO FATO	RESUMO DA OCORRÊNCIA
CED 01 – Cidade Estrutural 09/08/2022	Aluno agride policial em escola militarizada do Distrito Federal. Além da agressão ao policial, um dos vasos do banheiro da instituição acabou depredado por dois alunos
Asa Sul – Brasília/DF 29/03/2022	Estudante de 20 anos é preso suspeito de planejar massacres em escolas do DF, diz Polícia Civil. Operação contou com apoio de policiais dos Estados Unidos, que atuam em Brasília. Jovem confessou organização de atos violentos.
Centro Educacional São Francisco São Sebastião/DF 22/03/2022	Jovem aponta arma para cabeça de aluna durante briga em porta de escola no DF. As duas envolvidas discutiam, enquanto várias pessoas assistiam. Em seguida, uma das jovens abriu a bolsa, puxou uma arma, e apontou para a cabeça da estudante, que recuou. Após alguns segundos, ela voltou a guardar o revólver na bolsa.
Centro de Ensino Fundamental 405 Recanto das Emas/DF 28/06/2022	Jovem agride colegas com canivete em escola no Distrito Federal, uma das vítimas foi atingida nas costas e está internado para exames no Hospital Regional de Taguatinga. O autor da agressão foi identificado e está sendo acompanhado pela direção da escola e pelo Batalhão Escolar da Polícia Militar. Outro estudante, de 15 anos, teria emprestado o canivete a ele.
Ceilândia/DF 18/03/2022	Estudante é esfaqueado dentro de escola pública em Ceilândia. Um jovem foi esfaqueado por volta das 13h10 desta sexta-feira (18/3), em uma escola pública de Ceilândia Sul, após um desentendimento com outros estudantes. O Corpo de Bombeiros Militar do Distrito Federal (CBMDF) disse que o rapaz estava com ferimentos de arma branca e, segundo policiais militares presentes no local, foi transportado pelo Serviço de Atendimento Móvel de Urgência (Samu) ao Hospital Regional de Ceilândia (HRC).

Fonte: elaborado pelos autores.

Assim, com o crescente aumento em ocorrências no âmbito escolar em todo Distrito Federal, a Secretaria de Educação, em parceria com outras pastas do

governo, implementou um plano de ação para coibir o comportamento agressivo dos estudantes, sendo uma das medidas anunciadas pela Secretaria de Segurança Pública o reforço do Batalhão Escolar nas unidades de ensino, fato que teria uma ação mais eficiente com o trabalho em conjunto envolvendo as Unidades Policiais Militares de Área.

## **6 O PROJETO REDE “ESCOLA SEGURA” COMO DIRETRIZ DO POLICIAMENTO COMUNITÁRIO**

As organizações policiais da América do Norte e da Europa Ocidental passaram por reformas nos sistemas de policiamento objetivando tratar de forma alternativa ao combate à criminalidade. Nesse contexto, surgiu o “policiamento comunitário” como base de um novo modelo de polícia voltado para novos tipos de policiamento visando a comunidade como objetivo linear e preventivo. (BAYLEY; SKOLNICK, 2001; SKOLNICK; BAYLEY, 2002).

A reformulação do novo modelo de policiamento comunitário ensejou em quatro inovações essenciais no seu desenvolvimento e implementação, quais sejam: *a)* a relação de confiança entre a polícia e a população, ensejando no compartilhamento das tarefas e responsabilidades; *b)* a descentralização da atividade policial no qual determinará a integração dos profissionais de segurança de segurança pública às pessoas que nela convivem, estabelecendo integração e iniciativas para melhor realizar o trabalho policial; *c)* ênfase nos serviços não emergenciais, pois evita que problemas se desdobrem em situações mais complexas e de elevado perigo, e; *d)* ações integradas entre diferentes órgãos e atores da segurança pública, pois, buscando a colaboração de outro atores no combate à criminalidade como prefeituras, hospitais, escolas, Ministério Público, Ouvidorias, entre outros, é possível resolver situações que exijam providências que não dizem respeito somente à polícia, mas também a outros serviços públicos.

Para a implementação dessa espécie de policiamento é necessário a identificação do problema, análise, planejamento das ações voltados à solução do mesmo, implementação das ações e avaliação das ações implementadas. Assim, a identificação da problemática da violência no âmbito escolar exige atenção e emprego de todos os órgãos públicos para que se delimite solução mais adequada para, posteriormente, se construa a estabilidade da paz social nesse segmento preventivo.

Apesar da temática do policiamento comunitário ser relativamente moderno, o programa Escola Segura já tem seus desdobramentos desde a década de 90, em Portugal, com objetivo de aproximação com a comunidade com um policiamento alternativo.

Em contraste com os modelos de policiamento tradicional, que se baseiam em circunstâncias reativas à criminalidade, esta modalidade de policiamento de proximidade se destina a estabelecer postulados de contrapartida entre a sociedade e a segurança pública, a descentralização das forças de segurança pública e implementação da prevenção criminal. Em Portugal, o programa Escola Segura surgiu, mais precisamente, em 1992 por meio de protocolo entre o Ministério da Educação e o Ministério da Administração Interna. Assim, o programa não é exclusivo da polícia atuante nas escolas e com traços de policiamento comunitário ao envolver outros órgãos executivos. O principal objetivo era a implementação da presença policial nas escolas que tinham estatísticas de criminalidades mais elevadas fazendo com que a prevenção física policial seja notada desestimulando o protagonismo ao delito.

Por conseguinte, deve-se atentar a forma com que o programa é recepcionado pela comunidade e pelos órgãos educativos, pois é nítida a dicotomia na presença policial como forma coercitiva e as representações que recaem na educação das crianças e adolescentes. Essa ambiguidade gera distorções tais como a vulnerabilidade das pessoas em formação de personalidade que necessitam de proteção e, por outro lado, essa mesma vulnerabilidade deixa uma porta aberta para potenciais delinquentes que são observados pela criminalidade, principalmente como meio de captação e integração sem embaraços desses públicos ao crime organizado.

## **7 PROJETO REDE “ESCOLA SEGURA”**

O projeto Rede Escola Segura busca aproximar, integrar e proteger toda a comunidade escolar de condutas delituosas ou qualquer outra manifestação referente a segurança pública que possa interferir de forma negativa no ensino. Através de visitas realizadas nas escolas, as equipes da polícia militar participantes de projeto realizam integração com a comunidade escolar e obtém conhecimento das necessidades de cada Unidade de Ensino bem como suas peculiaridades. Após esta primeira fase o policial militar propõe aos participantes do projeto uma organização

em grupos de mensagens instantâneas no celular com o intuito de apresentarem ações que possam trazer melhorias no âmbito da segurança. Estes grupos servirão para que as Unidades Policiais Militares locais, Batalhão Escolar e outras unidades que possam ser demandadas para apoio participem da rotina escolar e estejam por dentro do que acontece em cada área.

Concluindo a fase de aproximação, os policiais militares da equipe Rede Escola Segura realizam treinamentos com os agentes de portaria das escolas e a implementação da rede rádio englobando as unidades escolares participantes. Dentre os conteúdos a serem ministrados estão: formas mais seguras de se portar em serviço, tanto em situação de normalidade quanto em ocasiões que estiver diante de situações perigosas, treinamento completo para operar o rádio, dicas de segurança, o que é o policiamento comunitário escolar, dentre outros. O objetivo proposto é a redução da criminalidade nas escolas, a promoção da segurança dos alunos, professores e outras pessoas que convivem no ambiente escolar, especificamente, no setor público, que sofrem com a violência ao entrar ou sair das unidades escolares, através da realização de trabalho preventivo. No mesmo sentido, deve haver a busca em assessorar a comunidade escolar por meio de patrulhamentos rotineiros, palestras rotineiras, visitas e contato direto entre a Polícia Militar com alunos, pais, professores bem como os demais integrantes da comunidade escolar. Deve haver a busca de caminhos para segurança nas unidades escolas com maior qualidade, aproximando a população da polícia militar e evitando a prática de ações delituosas.

Por meio do projeto as equipes da polícia militar envolvidas atuam diariamente em contato com alunos, coordenadores e professores, tratando sobre temáticas que precisam ser abordadas em cada unidade ou turma escolar. A partir das informações, são realizadas ações direcionadas para cada unidade escola e público-alvo buscando criar na comunidade o senso de responsabilidade e cuidado mútuo, deixando claro que a proteção será realizada de forma conjunta entre a polícia militar, e a comunidade escolar, devendo cada integrante realizar sua função de maneira adequada e bem instruída.

## **7.1 Problemas e obstáculos do policiamento**

É necessário observar os obstáculos para implementação dessa espécie de policiamento escolar: a hierarquia e burocracia no processo decisório, agentes

políticos, descontinuidade do projeto comunitário, competência determinada a órgão específico (prevenção vs repressão), baixa cultura tendente a cooperação, e, por fim, a ausência de confiança da própria comunidade. Assim, exige-se um prévio estudo técnico para que seja possível analisar as possibilidades e dificuldades desta espécie de policiamento, permitindo uma previsão do que pode ser conquistado e antecipar dificuldades para elaboração das estratégias para findar problemas e especificar quais metodologias e tempo de duração será necessário para empregar as implementações.

## **8 RESULTADO ESPERADO DO PROJETO REDE (ESCOLA SEGURA)**

O Projeto Rede Escola Segura é um trabalho a ser realizado de forma conjunta entre Polícia Militar, escolas e demais órgãos públicos que possam apoiar de forma efetiva em questões envolvendo a segurança pública voltada para a comunidade escolar. No mesmo sentido o projeto propõe a análise de questões referentes ao ambiente e comportamentos daqueles que participam diretamente e indiretamente como corpo docente, discente, seguranças, dentre outros. Tal integração deve ocorrer por meio de uma Rede Escola Segura, onde, através da cooperação dos participantes, sejam instaladas placas ostensivas nas entradas e nas proximidades das escolas indicando que há entre aquela unidade escolar e a Polícia Militar uma parceria constando número de telefone que ensejará contato direto entre as instituições.

Essa integração envolverá ainda vários meios de interação como a utilização da ferramenta digital de comunicação instantânea via mensagens (*WhatsApp*) com objetivo de maior interação entre os envolvidos, bem como a diminuição dos índices de ocorrências no âmbito escolar. Será, ainda, disponibilizado para a Unidade Policial Militar acesso direto ao sistema de monitoramento de câmeras instaladas nas escolas onde um Policial responsável possa visualizar em tempo real o que está acontecendo no interior e arredores das unidades escolares participantes do projeto, bem como disponibilização de “botão de pânico” onde uma vez acionado, as unidades policiais participantes receberão o alerta, e, com acesso as imagens em tempo real, será possível verificar previamente o que está ocorrendo e encaminhar equipe policial o qual já terá informação do que está acontecendo podendo delimitar suas ações com maior segurança e eficiência.

Busca-se, também, promover reuniões e palestras envolvendo toda a comunidade escolar para esclarecimento da parceria entre as instituições com

finalidade de se propagar o máximo de informações referentes as prevenções que devem ser efetuadas por todos, de forma a despertar a importância da participação comunitária almejando aumentar a atenção e buscar soluções para inibição das condutas antissociais, preservando o trabalho específico que a escola detém sobre a formação das crianças e adolescentes. Além disso, haverá ainda confecção e distribuição de material informativo referente segurança e instruções e acompanhamento direcionados a busca pela identificação do problema e possíveis soluções.

Outro fator primordial deste trabalho é a implementação da ferramenta CPTED (*Crime Prevention Through Environmental Design*) - Prevenção de Crimes através do Design Ambiental, que tem por objetivo de influenciar as decisões que precedem o ato criminoso. Conforme ressalta o doutrinador La Vigne “um bom design ambiental pode diminuir o crime e o medo do crime. CPTED agora é uma abordagem relativamente comum usada para reduzir o crime e o medo do crime”. Para tanto, essa ferramenta de prevenção criminal utiliza a territorialidade, vigilância, gestão de imagens, suporte de atividade, controle de acesso, endurecimento de alvo e justaposição geográfica.

Para implementação do projeto é necessária uma equipe Policial Militar em cada Comando de Policiamento Regional, que ficará encarregada de promover assistência as escolas participantes do projeto sob responsabilidade do respectivo CPR em conjunto com o Batalhão de Policiamento Escolar (BPEsc), além de um policial militar encarregado pelo videomonitoramento das imagens de sistema de câmeras das unidades escolares. Como já mencionado anteriormente, em diversas Unidade Policiais Militares há a presença deste profissional uma vez que já é realizado videomonitoramento de câmeras espalhadas pela cidade. Desta forma, o emprego de uma equipe policial e um militar encarregado pelo monitoramento das imagens terá como recompensa a diminuição do índice criminal da Região Administrativa, o que reduzirá a quantidade de ocorrências encaminhadas para o policiamento ostensivo, resultando em maior disponibilidade das equipes se empenharem em outros pontos que possam comprometer a segurança pública.

Outro ponto a ser mencionado no Projeto Rede Escola Segura, seria o emprego do Batalhão de Cães (BPCães), para emprego em unidades onde demandariam reiteradas ocorrências envolvendo entorpecentes. Assim, com o auxílio dos cães,

seria possível identificar, coibir e inibir tanto os discentes quanto o público externo a desenvolver contato com possíveis alunos para uso e porte de entorpecentes.

Por fim, o presente projeto visa melhorar a segurança dos alunos, professores e outras pessoas que trabalham no ambiente escolar, reduzindo os índices criminais dentro e nas adjacências das escolas públicas no Distrito Federal. Será perceptível a maior sensação de segurança e a coibição de ações delituosas, oportunizando aos professores e alunos maior tranquilidade para cumprirem suas funções e promoverem o crescimento da sociedade sem interferência de violência ou ameaças.

## **9 CONSIDERAÇÕES FINAIS**

O presente trabalho almeja desenvolver um produto envolvendo a Polícia Militar do Distrito Federal e comunidade escolar, sendo proposto um conjunto de medidas destinadas a conscientizar os envolvidos sobre sua importância e responsabilidade não somente em sua segurança pessoal, mas também na segurança coletiva buscando estimular ações de prevenção no ambiente escolar sendo de um programa adesão voluntária, aberto as escolas públicas que tenham interesse em trabalhar em conjunto com a PMDF no combate à violência escolar.

A necessidade de trabalho integrado entre os Comandos de Policiamento Regional e Batalhão Escolar, participação efetiva da comunidade escolar, disponibilidade de efetivo, bem como valores a serem gastos com a confecção de placas informativas, folders, instalação e manutenção de sistema de videomonitoramento, são fatores que podem dificultar a implementação do projeto, porém é possível minimizar através da realização de reuniões e palestras envolvendo toda a comunidade escolar que integrem o programa demonstrando os benefícios e esclarecendo como deve ser a parceria entre as instituições com finalidade de se propagar o máximo de informações referentes as prevenções que devem ser efetuadas por todos, de forma a despertar a importância da participação dos envolvidos almejando aumentar a atenção de forma à identificar e buscar soluções para inibição das condutas antissociais e preservação do trabalho específico que a escola detém sobre a formação das crianças e adolescentes.

Além do trabalho em conjunto entre o Batalhão Escolar e os Comandos Regionais devendo existir uma equipe Policial Militar em cada Comando de Policiamento Regional (CPR), encarregada de promover assistência as escolas

participantes do projeto sob responsabilidade do respectivo CPR, além de um policial militar encarregado pelo videomonitoramento das imagens de sistema de câmeras das unidades escolares. Como já mencionado, em diversas Unidade Policiais Militares já há a presença deste profissional uma vez que já é realizado videomonitoramento de câmeras espalhadas pela cidade.

Em diversas localidades é possível verificar que o crime acontece pela oportunidade ofertada pela arquitetura ambiental e não pelo motivo isolado do sujeito já perpetrador da lei. Os detratores do crime observam locais carentes de atividades atrativa para o uso legítimos dos cidadãos e, também, pela ausência estatal em relações a manutenção, limpeza, reparos, policiamento, dentre outros fatores visuais-ambientais. Portanto, com a implementação da Prevenção de Crimes através do Design Ambiental juntamente com a Rede Escola Segura será possível determinar de modo eficaz a diminuição dos índices criminais e aumentando a sensação de segurança no ambiente escolar.

Por fim, O emprego de uma equipe policial e um militar encarregado pelo monitoramento das imagens terá como recompensa a diminuição do índice criminal da Região Administrativa, o que diminuirá a quantidade de ocorrências encaminhadas para o policiamento ostensivo, resultando em maior disponibilidade das equipes se empenharem em outros pontos que possam comprometer a segurança pública. O projeto busca reduzir e eliminar os índices criminais nesses setores promovendo a maior sensação de segurança e fechar as portas para a oportunidade do crime.

## POLICE PERFORMANCE IN THE FIGHT AGAINST SCHOOL VIOLENCE

### ABSTRACT

The purpose of this work is to emphasize that the Community Policing strategy aimed at combating school violence is an effective and specialized mechanism for fighting crime, being a possible alternative to traditional methods. Based on theoretical references, field experiences and data analysis in addition to discussions, it is concluded that school policing is effective in prevention that aligns with the ideals engraved in the Federal Constitution when it is stated that public safety is everyone's duty and responsibility. in addition to highlighting participatory democracy. Despite being a relatively innovative model, due to the lack of robust doctrinal support and the absence of continuous public policies, it is evident that School Policing is positive in bringing together everyone involved in the school community, being an efficient strategy aimed at self-sustainable security mainly in crime prevention, fear reduction and the legitimate construction of security, in addition to expanding the vision of children and adolescents regarding the future as social citizens through inclusion in the fight against drugs, identification of violence domestic violence, lectures and bullying.

**Keywords:** School. Military Police. Community Policing. Safe School Network. Public Security.

## REFERÊNCIAS

- BAYLEY, David H. **Nova Polícia: Inovações na Polícia de Seis Cidades Norte-Americanas**. Vol. 2. Edusp, 2001.
- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição [da] República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado Federal, 1988. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicaocompilado.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm). Acesso em: 10 set. 2022.
- BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. **Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, p. 13563, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/l8069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm). Acesso em: 10 set. 2022.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. **Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, p. 27833, 23 dez. 1996. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Leis/L9394.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm). Acesso em: 10 set. 2022.
- BRASIL. Projeto de Lei 2.167, de 28 de novembro de 2018. **Dispõe sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento por meio de câmeras de vídeo nas escolas públicas do distrito federal e dá outras providências**. Disponível em: <https://legislacao.cl.df.gov.br/Legislacao/consultaProposicao-1!2167!2018!visualizar.action>. Acesso em: 21 jun. 2022.
- BRASIL. Projeto de Lei nº 2.388, de 2021. **Dispões sobre a prevenção e combate à violência, às drogas e ao bullying**. Disponível em: [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=2036571](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=2036571). Acesso em: 05 mar. 2022.
- CHARLOT, Bernard. **Relação com o saber, formação dos Professores e Globalização: Questões para a educação hoje**. Tradução Sandra Loguercio. Porto Alegre: Artmed, 2005.
- CLARKE, Ronald V. Situational crime prevention: Theory and practice. **British Journal of Criminology**, v. 20, n. 2, p.136-147, 1980. DOI: <https://doi.org/10.1093/oxfordjournals.bjc.a047153>.
- Marcus; CLARKE, Ronald Victor Germuseus (Ed.). **Negócios e prevenção do crime**. Monsey/New York: Criminal Justice Press, 1997.
- COZENS, Paul; VAN DER LINDE, Tiffany. **Perceptions of Crime Prevention Through Environmental Design (CPTED) nas estações ferroviárias australianas**. **Journal of Public Transportation**, v. 18, n. 4, p. 73-92, 2015. DOI: <http://doi.org/10.5038/2375-0901.18.4.5>.
- COZENS, Paulo e Love, T., Terêncio. **Uma revisão e status atual da prevenção ao crime por meio do design ambiental (CPTED)**. **Journal of Planning Literature**. v. 30, n. 4, pág. 393-412, 2015.
- CUSSON, Maurice. **Criminologia**. 3. ed. Alfragide, Casa das Letras, 2011.
- DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 11.958, de 09 de novembro de 1989. **Cria o 6º Batalhão de Polícia Militar — Batalhão Escolar, da Polícia Militar do Distrito Federal e dá outras providências**. Diário Oficial do Distrito Federal nº 214, Brasília, DF, 10 nov. 1989. Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/18193/exec\\_dec\\_11958\\_1989.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/18193/exec_dec_11958_1989.html). Acesso em:

13 ago. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Decreto nº 41.167, de 1º de setembro de 2020. **Regulamenta a aplicação do inciso II, do artigo 48, da Lei nº 6.450, de 14 de outubro de 1977, que dispõe sobre a Organização Básica da Polícia Militar do Distrito Federal.**

Diário Oficial do Distrito Federal, nº 167, Brasília, DF, 2 set. 2020. Disponível em:

[http://www.sinj.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id\\_file=e74e61e4-954f-301e-a0bf-a54c87a019fd](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/BaixarArquivoDiario.aspx?id_file=e74e61e4-954f-301e-a0bf-a54c87a019fd). Acesso em: 13 ago. 2022.

DISTRITO FEDERAL. Lei nº 4.058, de 18 de dezembro de 2007. **Dispõe sobre o uso obrigatório de sistema de segurança baseado em monitoramento de câmeras de vídeo nas escolas públicas do Distrito Federal e dá outras providências.**

Diário Oficial do Distrito Federal nº 244, Brasília, DF, 24 dez. 2007.

Disponível em: [http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/56727/Lei\\_4058\\_2007.html](http://www.sinj.df.gov.br/sinj/Norma/56727/Lei_4058_2007.html).

Acesso em: 13 ago. 2022.

ELIAS, L. **A Gestão da Prevenção Criminal em Manuel Valente e Maria Martins.**

Estudos de Homenagem ao Professor Doutor Artur Anselmo. Coimbra: Ed.

Almedina, 2008.

FONSECA, João José Saraiva. **Apostila de metodologia da pesquisa científica.**

João José Saraiva da Fonseca, 2002.

GERHARDT, Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa.** Local: Plageder, 2009.

KAHN, Túlio. **Cidades blindadas: ensaios de criminologia.** São Paulo: Ed.

Brasiliense & Associados Sicurezza, 2002.

MASLOW, Abraham H. **Prefácio à teoria da motivação.** Medicina psicossomática, 1943.

NEWMAN, Oscar. **Creating defensible spaces.** U.S.: Department of Housing and Urban Development, 1996.

NEWMAN, Oscar. **Defensible Space: Crime Prevention through Urban Design.** New York: MacMillan, 1972.

OESSELMANN, Dirk. **Violência na escola e democratização.** In: CONGRESSO IBERO-AMERICANO SOBRE VIOLÊNCIA NAS ESCOLAS, 2, 2005, Belém. Anais [...]. Belém, PA: UNAMA, 2005.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. **Plano estratégico 2011-2022.** 2. ed. rev. e atual. Brasília: PMDF, 2015. Disponível em:

[http://portal.pm.df.gov.br/site/images/Divulgacao/2016/planoestrategico\\_2ed.pdf](http://portal.pm.df.gov.br/site/images/Divulgacao/2016/planoestrategico_2ed.pdf).

Acesso em: 19 ago. 2022.

POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL. Portaria PMDF Reservada N° 1.236, de 16 de novembro de 2021. **Aprova o Quadro de Organização e Distribuição de Efetivo da Polícia Militar de Distrito Federal.** Brasília: Estado Maior da PMDF, 2021.

SAVILLE, G.; CLEVELAND, G. CPTED de segunda geração nas escolas. In: **1st 1997 Annual International CPTED Association Conference**, Orlando, FL. 1997.

SKOLNICK, Jerome H.; BAYLEY, David H. **Policamento Comunitário: Questões e Práticas Através do Mundo.** Vol. 6. Edusp, 2002.

SOUZA, Mirian Rodrigues. **Violência nas escolas: causas e consequências.**

Caderno Discente do Instituto Superior de Educação, 2008.

TORRENTE, Diego. **Desviación y Delito.** Madri: Alianza Editorial, 2001. Disponível em: <https://www.academia.edu/2585654/Desviaci%C3%B3nydelito>. Acesso em: 30

out 2021.

ZAHM, D. **Using Crime Prevention Environmental Design in Problem Solving. Cops. Problem-Oriented Guides for Police.** Problem-Solving Tools Series no 8, 2007. Disponível em: [https://rems.ed.gov/docs/COPS\\_CPTED.pdf](https://rems.ed.gov/docs/COPS_CPTED.pdf). Acesso em: 1 nov. 2021.

## APÊNDICE A - DESCRIÇÃO DO PRODUTO

**OBJETIVOS PROPOSTOS**

- ❖ Redução de índices criminais no Ambiente Escolar;
- ❖ Maior aproximação da PMDF e Comunidade Escolar;
- ❖ Despertar o sentimento de responsabilização em cada integrante da Comunidade Escolar sobre seu papel na Segurança Pública;
- ❖ Aproximar a PMDF da Comunidade Escolar.



**POLÍCIA MILITAR DO DISTRITO FEDERAL**  
MUITO MAIS QUE SEGURANÇA

**Apresentação**

A escola é um espaço privilegiado onde a educação exerce seu poder transformador sobre as experiências relacionais entre alunos, pais e educadores, e desta comunidade escolar com o mundo em seu entorno. Na escola, onde se aglutina uma diversidade de individualidades, a cultura de paz deve ser fortalecida e assegurada. Neste sentido, o fortalecimento da segurança da rede educativa deve ser um compromisso de todos que compõem o ambiente escolar. Compreendemos que o apoio da comunidade escolar na administração de conflitos é fator imprescindível no enfrentamento e na superação das práticas concretas de violência.

Ciente da necessidade deste compromisso, a Polícia Militar do Distrito Federal propõe, com esta cartilha, a adoção de procedimentos de segurança norteados pelo princípio da prevenção, os quais devem ser consolidados como práticas do cotidiano em conjunto com toda comunidade escolar.

**Importante: a Rede Escola Segura não tem como finalidade substituir o trabalho realizado pelo atendimento às ocorrências informadas via telefone de urgência da PMDF (190) e pelo policiamento realizado pelo Batalhão Escolar.**

O objetivo é trabalhar de forma conjunta e preventiva realizando ações que colaborem para que o crime não chegue a ocorrer.





## 2. COMO FUNCIONA A REDE ESCOLA SEGURA

Trabalho de forma conjunta entre Polícia Militar, escolas e demais órgãos que possam apoiar de forma efetiva em questões envolvendo a Segurança Pública voltada para a comunidade escolar, desenvolvendo mecanismos de autoproteção para um único objetivo, a prevenção de crimes no ambiente escolar.

### 5. Qual o papel dos Pais ou Responsáveis na Rede Escola Segura?

- Conversar e orientar seus filhos sobre os cuidados e medidas de segurança para prevenir a violência;
- Contribuir para o bom funcionamento da unidade escolar, no que se refere às ações de segurança implementadas pela escola para prevenção à violência;
- Tomar conhecimento dos horários das aulas e percurso que o filho utiliza entre a escola e sua residência;
- Buscar e levar o filho na escola sempre que possível e/ou providenciar companhia para ela;
- Observar e monitorar sinais e sintomas comuns a pessoas que passam por situações de violência.

### 6. O que é preciso para participar da Rede Escola Segura?

- Instalação da Placa de Identificação;
- Utilização de ferramentas como a comunicação instantânea via mensagem (Whatsapp) com objetivo de facilitar a comunicação entre os envolvidos;
- Disponibilização a Unidade Policial Militar acesso direto ao sistema de monitoramento de câmeras instalados nas escolas;
- Participação em reuniões com a Polícia Militar e todos os demais órgãos envolvidos no projeto.

## 1. RESPONSÁVEIS (Rede Escola Segura)

A "REDE ESCOLA SEGURA" é formada por Unidades da PMDF de cada circunscrição, com a integração e articulação entre toda comunidade escolar formada por docentes, servidores, discentes, comunidade além de outros órgãos como Conselho Tutelar, Polícia Civil, Secretaria de Educação, entre outros.

### 3. Qual o papel da Polícia Militar na REDE ESCOLA SEGURA?

- Buscar ser o elo de confiança e lealdade com a comunidade escolar, trabalhando de forma justa e transparente;
- Prestar um atendimento de forma individualizada e efetiva das demandas de cada Unidade Escolar, entendendo as peculiaridades e especificidades de cada local;
- Quando houver algum tipo de ação contra alunos, pais ou funcionários, tomar as medidas rápidas e necessárias, a fim de minimizar o impacto da violência sobre a vítima;
- Identificar áreas vulneráveis no entorno da escola, como terrenos baldios, acúmulo de lixo em áreas impróprias, iluminação precária, dentre outros, para informar aos órgãos competentes e evitar riscos à comunidade escolar;
- Estabelecer parcerias com a rede protetiva da região para trabalhar ações sociais ou solicitar medidas de prevenção e combate à violência;
- Socializar medidas de segurança para a proteção de todos que fazem parte da comunidade escolar;
- Informar aos responsáveis sobre imperfeições, falhas ou irregularidades constatadas nos serviços de vigilância e portaria, para que sejam adotadas as medidas corretivas necessárias.

### 4. Qual o papel das Escolas na REDE ESCOLA SEGURA?

A escola sendo um mecanismo de controle social formal constitui como principal função a promoção ética e intelectual das gerações.



## APÊNDICE B – PLACA INFORMATIVA

**ATENÇÃO**

**CED 10 - GAMA/DF**

**REDE ESCOLA SEGURA**

**DISQUE DENÚNCIA: (61) 9XXXX-XXXX**

 **ESTA ESCOLA ESTÁ  
SENDO FILMADA E  
MONITORADA**

ÁREA MONITORADA  
24 HORAS